

Vale salientar, outrossim, que mantivemos um curso de problemas de Geomorfologia do Brasil, a cargo do Prof. OTÁVIO BARBOSA; outro de Fotogeografia, pelo Prof. ALBERTO CASTELHANO, um sôbre Geomorfologia pelo Prof.

JEAN DEMANGEOT e uma série de conferências a respeito dos problemas da Geografia do Brasil. Em linhas gerais, foram estas as nossas realizações no exercício que ora finda, e o que pretendemos fazer para o próximo ano".

O IBGE Prepara o Censo de 1960

Encontram-se em sua fase final os preparativos para a realização do recenseamento geral de 1960 pelo IBGE. O início do censo, dependendo da data de lei a ser votada pela Câmara Federal, está marcado para 1 de julho deste ano. Nesse dia tôdas as famílias receberão em suas casas um recenseador, que lhes entregará um boletim a ser preenchido com os dados demográficos.

Com vistas a êsse censo, o IBGE reuniu nesta capital, entre 22 e 30 de novembro último, cerca de 500 agentes daquele órgão no interior do estado, quando foram dadas as instruções iniciais. Os órgãos do IBGE em São Paulo, por outro lado, também receberam instruções preliminares dos técnicos do Serviço Nacional do Recenseamento.

Por outro lado, a Inspeção de Estatística desse estado já preparou tôda a base cartográfica do censo, estando de posse de plantas cadastrais dos municípios, das sedes municipais e da sede dos distritos.

Com o objetivo de esclarecer a opinião pública e a exemplo do que se faz nos EUA, o IBGE fornece diariamente os dados sôbre a população do Brasil, com base na taxa de crescimento constante deste ano, que é de 4 183. Assim, a população de ontem era de 64 910 378 habitantes. Nos Estados Unidos a população do país é fornecida a cada hora através de computadores eletrônicos. Em São Paulo, êsse serviço é feito com os próprios recursos do IBGE.

Calcula-se que a população do Brasil em julho de 1960 deverá ser de 65 743 000 habitantes; a do estado de São Paulo, de 11 672 000; e da capital, de 3 600 000. Esta última é feita pelo Departamento de Estatística do estado e pela Prefeitura. Os resultados do censo demográfico deverão ser fornecidos três meses após a realização do mesmo.

A Câmara Federal já votou a verba de 700 milhões de cruzeiros para o recenseamento de 1960.

Estudos sôbre a Navegação dos Rios da Bacia do Paraná

A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí acaba de divulgar importante trabalho a propósito da navegação do Alto Paraná, concluindo pela necessidade da canalização do rio Paranapanema e do trecho inferior do rio Tibaji.

De acôrdo com os estudos daquela Comissão, êsse sistema somente comparável, em extensão, às rédes de navegação interior da Rússia e dos Estados Unidos, compreende os 600 quilômetros do Alto Paraná, entre os saltos

de Urubupungá e Guaira, e os seus afluentes principais ligados, no estado de Mato Grosso, através de canais de transposição, ao rio Uruguaí e ao rio Araguaia, prolongando-se a montante de Urubupungá pelos rios Grande, até o coração de Minas Gerais, e a jusante de Sete Quedas, até o estuário do Prata. Completam o sistema, além dos rios Paranapanema e Tibaji, os seguintes cursos d'água: Ivinhosa, Brilhante, Pardo, Anhanduí, Amambaí, Iguatemi, Ivaí, Piquiri, Tietê.

Os obstáculos naturais oferecidos à navegação pelas quedas de Urubupungá, Itapura e Sete Quedas deverão ser vencidos pela construção de grandes barragens eclusadas, que permitirão o aproveitamento hidrelétrico dos maiores mananciais de que o Brasil dispõe

O projeto de Urubupungá-Itapura, em fase final de elaboração, prevê a construção de duas barragens no rio Paraná, uma a jusante do Tietê, no local denominado Jupιά, que com a altura de cerca de 27 metros afogará os saltos, e outra a montante, na ilha Solteira, com altura de cerca de 32 metros. Estas duas usinas produzirão, segundo cálculos realizados, quase 2,8 milhões de quilovátios

Assinala, igualmente, o trabalho da Comissão que, em uma primeira fase de desenvolvimento, a zona de influência da navegação do rio Paranapanema foi determinada a partir da comparação dos custos de transporte ferroviário e hidroviário, levando em conta as vias terrestres existentes e projetadas na re-

gião, as estatísticas oficiais e demais dados econômicos obtidos no período de 1950-1958. Dêstes estudos resultou a área de influência com um total de 200 000 quilômetros quadrados, assim distribuídos: Minas Gerais, 5 800; São Paulo, 21 600; Paraná, 27 800; Mato Grosso, 160 800 e Goiás, 4 000 quilômetros quadrados

Revela a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí que, com base nesses elementos e nas características topo-hidrográficas dos rios, procurou-se estudar o dimensionamento mais econômico da via navegável pela condição de tornar mínima a soma do custo total das obras de melhoramento e do custo de transporte da produção total da região em um período determinado. Avaliando-se em 102 500 000 o total a transportar num período de 25 anos, concluiu-se que o mínimo desejado deveria corresponder a um calado de 3,50 metros na via navegável, o que fixou em 4 metros a profundidade mínima nos canais e nas soleiras das obras de arte.

I Congresso Nacional de Conservação do Solo

É o seguinte o temário do I Congresso Nacional de Conservação do Solo, que deverá realizar-se na cidade de Campinas, no período de 24 a 30 de abril do corrente ano:

1ª Secção — Do uso racional do solo e da água: I — Planejamento conservacionista como base de um programa de conservação do solo; adubação orgânica e química; calagem; rotação de cultura; formação e melhoramento de pastagens; reservas florestais e controle de derrubadas. II — A água como meio de riqueza e produção; aproveitamento das águas superficiais e de subsolo; irrigação e drenagem; defesa contra inundações; açudagem e piscicultura

2ª Secção — Do combate à erosão: I — Práticas vegetativas; reflorestamento, pastagens de cobertura, coberturas mortas; culturas em faixas, faixas vegetativas de retenção; alternân-

cia de capinas e quebra-ventos. II — Práticas mecânicas; plantio em contorno; terraços, cordões em contorno; patamares, banquetas, sulcos em contorno, canais de divergência, canais escoadouros

3ª Secção — Da educação na conservação do solo; I — Princípios e diretrizes para a educação do agricultor; ensino da conservação do solo nas escolas primárias, secundárias e superiores; as associações civis e religiosas, municipalidades e clubes agrícolas como instrumentos de educação. II — Fomento do uso racional do solo; crédito supervisionado.

4ª Secção — De como tornar efetiva a conservação do solo: A ação dos particulares e do governo nos planos de conservação do solo; influência das áreas de demonstração na divulgação dos métodos e vantagens da conservação do solo; distritos de conservação